

## ANTONIL E A ESCRAVIDÃO SEM MISTÉRIOS

*Ricardo Luiz de Souza\**

### **RESUMO**

O texto faz uma análise da obra de Antonil, buscando mostrar seus sentidos e diretrizes e discutindo a forma como o autor discute a questão do escravismo e da relação entre senhor e escravo a partir do sistema de produção colonial. Busca, ainda, demonstrar como o autor define o escravismo como um componente natural deste sistema de produção: uma escravidão sem mistérios.

**PALAVRAS-CHAVE:** escravidão, açúcar, trabalho.

### **ABSTRACT**

This text is intended as an analysis of Antonil's work in which an attempt to show its meanings and directions is made. To do so, it considers how this author discusses slavery and the relationship between slaver and slave in the colonial production system. It also takes into account this author's definition of slavery as a natural component of this system: slavery without mysteries.

**KEYWORDS:** slavery, sugar, work.

---

\* Mestre em sociologia e doutorando em História pela UFMG.

Em sua correspondência, Capistrano de Abreu descreve como – em companhia de seu amigo Vale Cabral – descobriu que o autor de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* – livro publicado no início do século XVIII por um autor que escrevera André João Antonil na primeira página da obra e assinara a mesma como Anônimo Toscano – era um jesuíta italiano chamado João Antônio Andreoni de quem ele já tivera referências:

*Resultado: o autor era jesuíta, como se prova pela referência ao engenho de Sergipe do Conde, que pertencia à Ordem; pelo fim a que se consagrava, a canonização de Anchieta; pela discussão sobre quintos de minas, que denunciavam teólogo consumado... Vimos logo que, de João Antônio Andreoni, era anagrama ou coisa que o valha;- mas uma coisa nos causava espécie: que significa o L final? Foi ainda no Backer que achamos a resposta: Andreoni era de Luca, na Toscana; L significa Luquensis.<sup>1</sup>*

Antonil foi, de fato, um jesuíta e fez parte do universo jesuítico, no qual a escravidão africana fundamentava o processo de colonização e o fundamentava em termos de produção econômica e relações sociais. Neste sentido, Hoornaert descreve Antonil como pertencendo ao *mundo dos colégios, mundo de elegância (Andreoni escreve bem o latim), de modos barrocos e suntuosos, mundo típico das cidades brasileiras no início do século XVIII.*<sup>2</sup>

Heitor Ferreira Lima inclui Antonil entre os economistas brasileiros por referir-se sua obra à economia nacional. Em termos de teoria econômica inclui o autor entre os fisiocratas, *tanto pelo assunto de que se ocupou quanto pela própria tendência manifestada em favor da lavoura, como fonte principal de riqueza de uma nação.*<sup>3</sup>

<sup>1</sup> ABREU, Capistrano de. *Correspondência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.144-145.

<sup>2</sup> HOORNAERT, Eduardo. *A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial*. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da igreja no Brasil*. Petrópolis: Paulinas/Vozes, t. 2, v. 1, 1992, p. 52.

<sup>3</sup> LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1976, p. 66.

Já Serafim Leite descreve Antonil como mentor dos jesuítas italianos do Brasil e em carta do Provincial Francisco de Matos, por ele mencionada, lemos: *que da facção dos italianos, desde o decreto real que proibia aos estrangeiros serem provinciais nesta Província não se pode duvidar; e que há indícios suficientes para se considerar o P. Andreoni como o principal dentre eles e o que mais promove esta facção.*<sup>4</sup> Traça dele, ainda, um retrato bem pouco favorável, envolvido em *questiúnculas menos dignas da vida interna da Companhia* e conspirando contra o Padre Vieira que – após recomendá-lo como Visitador de Pernambuco – cita-o como um rebelde, não no sentido de adotar qualquer veleidade nativista, mas, simplesmente, de raramente seguir com fidelidade as determinações superiores. O conflito entre os dois jesuítas terminou, de qualquer forma, com a morte de Vieira, enquanto Andreoni – eleito Reitor do Colégio da Bahia – constituiu-se, ainda nas palavras de Leite, em uma espécie de consultor jurídico para a Província do Brasil, aproveitando os ensinamentos obtidos em três anos cursando Direito Civil na Universidade de Perugia.<sup>5</sup> A fama de rebelde invocada por Vieira parece, enfim, muito longe da realidade: seu *Cultura e opulência do Brasil* foi escrito basicamente na última década do século XVII, lançado em 1711 e imediatamente proibido e confiscado pela Coroa Portuguesa e, em relação a Minas Gerais, Diogo de Vasconcelos busca justificar tal proibição: *A divulgação das riquezas das Minas, temeu se que provocasse a cobiça das nações estrangeiras, e, perigo maior, que estimulasse a crise atuante do despovoamento do Reino.*<sup>6</sup> Ao ver seu livro proibido, de qualquer forma, Antonil preferiu evitar qualquer menção à existência deste, e cartas escritas após a proibição e após ele ter abandonado o cargo de Reitor não referem-se ao fato dele tê-lo escrito.

---

<sup>4</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, vol. VII, 1949, p.102.

<sup>5</sup> Idem, p. 112.

<sup>6</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, vol. I, 1974, p. 144.

Bosi define Antonil como *quase um traidor*<sup>7</sup> em relação às idéias e projetos de Vieira, e esta quase traição estrutura-se a partir do que sempre foi mais caro a Vieira: a questão indígena e a preservação da liberdade do indígena. Se ambos os jesuítas concordam na defesa do tráfico e escravidão dos negros, Antonil é simpático também à causa dos bandeirantes e, aqui, sua oposição à Vieira, se bem que nunca declarada, é completa, chegando à defesa da utilização do trabalho escravo indígena pelos jesuítas.

Antonil não se preocupa em demonstrar a legitimidade da escravidão e, se constata sua necessidade, não é para justificá-la perante seus eventuais críticos: a escravidão é vista como um componente natural do processo de produção e assim é tratada por ele e seus contemporâneos. Antonil não é bem um defensor do escravismo; simplesmente constata sua existência.

E a perspectiva a partir da qual Antonil analisa a escravidão torna-se mais nítida quando a contrastamos com um texto composto em 1618, um século antes, portanto da edição de *Cultura e Opulência do Brasil*. Trata-se dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, escrito por Ambrósio Fernandes Brandão. Em um trecho desta obra, Brandão critica as consequências sócio-econômicas do sistema escravista:

*E todos, assim uns como outros, fazem suas lavouras e granjearias com escravos da Guiné, que para esse efeito compram com subido preço; e como o do que vivem é somente do que granjeiam com os tais escravos, não lhes sofre o ânimo ocupar a nenhum deles cousa que não seja tocante à lavoura, que professam de maneira que tem por muito tempo perdido o que gastam em plantar uma árvore, que lhes haja de dar fruto em dois ou três anos, por lhes parecer que é muita a demora: porque se ajunta a isto o cuidar cada um deles que logo em breve tempo se hão de embarcar para o reino, e que lá hão de ir morrer, e não basta a desenganá-los desta opinião mil dificuldades que, a olhos vistos, lhe impedem poder fazê-la. Por maneira que este pressuposto que tem todos em geral de se haverem de ir para o reino, com a cobiça de fazerem mais quatro pães de açúcar,*

---

<sup>7</sup> BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 150.

*quatro covas de mantimento, não há homem em todo este Estado que procure nem se disponha a plantar árvores frutíferas, nem fazer as benfeitorias acerca das plantas, que se fazem em Portugal, e por conseguinte se não dispõem a fazerem criações de gado e outras; e se algum o faz, é em muito pequena quantidade, e tão pouca que a gasta toda consigo mesmo e com a sua família.<sup>8</sup>*

A importância do trecho, em termos comparativos, justifica a extensão da citação. Brandão não critica a escravidão enquanto instituição mas, na utilização do trabalho escravo, situa a origem da carestia e da falta de melhoramentos deplorada por Alviano, um dos dois interlocutores cujo diálogo estrutura toda a obra. E tal perspectiva crítica inexistente na obra de Antonil, que vê a escravidão de um ponto estritamente utilitário; como se ele estivesse escrevendo da varanda de uma casa grande. Por outro lado, um século se passou, e Antonil vive em uma sociedade cuja principal preocupação já não é a fuga para o Reino mencionada por Brandão, e sim a geração de riquezas a partir de uma existência que tem como horizonte a própria colônia.

Tanto para Brandão quanto para Antonil, de qualquer forma, a escravidão não deriva de qualquer fundamento alheio ao processo econômico. No caso deste, a legitimação da escravidão é de motivação econômica e ela é legítima por constituir o único meio de criar riquezas no Brasil.<sup>9</sup> O escravo, para Antonil, é uma mercadoria, e como tal ele é analisado.

Tal condição, para ele, é natural e fundamenta todo o processo de produção. Como lembra Mendes, *Antonil não concebe outra forma de produção a não ser a que tem por essência a produção de sobretrabalho. Assim, para ele, a produção de trabalho excedente e de açúcar constituem um mesmo processo como produção de mercadorias.<sup>10</sup>*

---

<sup>8</sup> BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d., p. 53.

<sup>9</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 99.

<sup>10</sup> MENDES, Claudinei Magno Magre. *Cultura e opulência do Brasil: um tratado sobre o governo da gente e da fazenda*. *História*, vol. 2, São Paulo, 1982, p. 23.

Em trecho clássico, Antonil define com precisão a importância do escravo no sistema colonial de produção: *Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço.*<sup>11</sup> Não há colônia sem escravo e ele não consegue conceber outro regime, para o Brasil, que não seja o colonial. Posso partir daqui, então, para realçar o problema central a ser trabalhado: como Antonil busca normatizar as relações entre senhor e escravo e torná-las mais produtivas para o senhor, e como o autor busca tornar a economia colonial – que ele centra na produção açucareira – mais produtiva para a Coroa. Respondendo a estas questões, é toda uma problemática mais ampla que estarei enfocando, porque Antonil termina por encarnar, com grande fidelidade, a perspectiva das elites coloniais referente aos mesmos assuntos: perspectiva que, afinal, é a dele e, analisando sua obra, estarei adotando como objeto de estudo também esta perspectiva.

O universo de Antonil é constituído basicamente por escravos e senhores de engenho e, na descrição que ele faz do senhor de engenho *enquanto autoridade patriarcal em que a posse e o poder se confundem na figura do dominus, e se estendem tanto às coisas como às pessoas*<sup>12</sup>, já é possível detectarmos as origens da análise do patriarcalismo que seria levado a cabo, dois séculos depois, por Gilberto Freyre e Oliveira Viana. Em Antonil, como nestes autores, encontramos a descrição de um universo centrado na figura do senhor no qual a obediência à sua vontade fundamenta todo o universo de relações sócio-econômicas e – ao mesmo tempo – uma perspectiva não conflitante de um universo marcado por esta dualidade básica: o senhor e o escravo.

*Cultura e opulência do Brasil* tem um sentido prático e pedagógico. Visa ensinar futuros senhores a produzir açúcar, o que

---

<sup>11</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982, p. 89.

<sup>12</sup> VAINFAS, R., op. cit., p. 135.

Araripe Júnior já havia percebido ao assinalar que o autor *tentou ensinar aos senhores de engenho e capatazes do Brasil o meio de transformar cada estabelecimento em uma potência feudal de nova espécie*.<sup>13</sup> Trata-se, eminentemente, de um livro técnico, destinado a obter melhor rendimento dos escravos e a implantação de novas técnicas agrícolas. Prefaciando o livro nos anos vinte, Taunay define-o como um manual do agricultor,<sup>14</sup> e Bosi define-o como *um livro-canal: portanto: de jesuítas senhores de engenho para senhores de engenho, jesuítas ou não*.<sup>15</sup>

Ao mesmo tempo, dirige-se ao consumidor, ou seja, ao leigo: a este, é mostrado o esforço despendido na produção de açúcar e, aqui, a figura do senhor de engenho ganha contornos de empreendedor – dotado de um *pathos* diria-se weberiano – e quase herói; mas não de um herói quixotesco ou romântico, mas de um indivíduo eminentemente prático a comandar todo um sistema de produção. E tem como público alvo, finalmente, as próprias autoridades metropolitanas que o proibiram, ao mostrar o açúcar como um produto de difícil e onerosa fabricação e, ao mesmo tempo, de fundamental importância para a economia colonial.

Antonil escreve fundamentalmente, porém, sobre e para senhores de engenho. E o universo mental destes senhores é fator determinante em sua obra. Antonil escreveu após Palmares, e o medo da insurreição escrava decorrente desta rebelião ajuda a explicar a preocupação do autor em entender a sociedade escravista. Neste sentido, Antonil funcionou como a consciência letrada do senhor de engenho. Assim, o temor à rebelião escrava que marcou tal mentalidade fundamentou, em, grande medida, o seu universo. Trata-se de conservar a propriedade escrava, evitar uma eventual rebelião e não deixar o senhor esquecer que o escravo é um ser não meramente passivo, mas capaz de reação.

---

<sup>13</sup> ARARIPE JR. *Obra crítica*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1960, p. 345.

<sup>14</sup> TAUNAY, Affonso D'Escragnoille. *Antonil e sua obra*. In: ANTONIL, A. J., op. cit., p. 24.

<sup>15</sup> BOSI, A., op. cit., p. 163.

Antonil não coloca em questão ser o escravo propriedade do senhor, mas preocupa-se com a forma como esta propriedade é tratada, embora negue ao escravo o direito a qualquer forma de insubmissão. É um ser humano cujas necessidades básicas devem ser respeitadas e cuja evangelização e incorporação ao cristianismo deve ser promovida pelo seu senhor (o que acentua, ainda, o caráter missionário que a ação e o pensamento de Antonil – bom jesuíta que foi – sempre conservou). Por ser cristão, o senhor deve promover a evangelização e *sendo cristão e descuidando-se dos seus escravos, se hão com eles pior do que se fossem infieis*.<sup>16</sup>

Tratar o escravo com humanidade é, portanto, uma postura recomendável, mas a defesa que o autor faz do escravo é utilitária; não é, apenas, que ele tenha direitos a serem reconhecidos: simplesmente, maltratá-lo é contraproducente. Desta forma, mulheres grávidas não devem levar pontapés na barriga (o trabalho de um futuro escravo pode ser perdido) e os escravos não devem levar pauladas (eles podem ser mortalmente feridos na cabeça e um escravo que vale muito dinheiro ser perdido). Desta forma, *repreendê-los e chegar-lhes com um cipó às costas com algumas varancadas, é o que se lhes pode e deve permitir para ensino*.<sup>17</sup>

O tratamento justo é o mais eficaz meio de prevenção quanto a eventuais rebeliões, embora o julgamento excessivamente brando seja tão condenável quanto o castigo injusto. Para Antonil, *não castigar os excessos que eles cometem seria culpa não leve, porém estes se hão de averiguar antes, para não castigar inocentes, e se hão de ouvir os delatados e, convencidos, castigar-se-ão com açoites moderados ou com os causa de que os escravos os sirvam de boa vontade e que se alegrem de multiplicar servos e servas*.<sup>18</sup>

O engenho, para Antonil, é um universo autônomo, sólido e necessariamente hierárquico mas, mais do que isto, é um organismo no qual inexistem diferenças entre proprietário e propriedade

---

<sup>16</sup> ANTONIL, A. J., op. cit., p. 90.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 92.

e onde os escravos eram os pés e as mãos do senhor, este era a cabeça do engenho e os feitores eram seus braços e onde, evidentemente, qualquer ruptura hierárquica é vista como prejudicial à funcionalidade natural do sistema.<sup>19</sup> O engenho é visto por ele como uma estrutura hierárquica e a normatização e funcionamento desta hierarquia- cujos princípios de autoridade em momento algum ele coloca em questão – é preocupação fundamental do autor. Referindo-se à autoridade exercida pelos feitores, Antonil afirma: *Eu não digo que não se dê autoridade aos feitores; digo que esta autoridade há de ser bem ordenada e dependente, não absoluta, de sorte que os menores se hajam com subordinação ao maior, e todos ao senhor a quem servem.*<sup>20</sup> Neste universo, ainda, trabalho e produtividade são variáveis independentes, não sendo feita ligação entre o governo dos escravos e o rendimento do engenho. Segundo Marquese, *o trabalho não era encarado como variável que poderia levar ao aumento dos rendimentos senhoriais por meio da obtenção dos ganhos de produtividade.*<sup>21</sup>

E, neste universo, onde se situa a religião e seus agentes? Ao mencionar os trabalhadores que prestam serviços ao senhor de engenho, Antonil inclui um capelão para o espiritual; este é citado entre calafates, carapinas e barqueiros<sup>22</sup>; um funcionário como eles, todos colocados pelo autor no mesmo patamar, a esfera religiosa perfeitamente integrada à esfera econômica. Criase, então, na perspectiva do autor, uma estrutura organizacional na qual o senhor de engenho detém o comando supremo e a função de delegar, o feitor torna-se responsável pela ordem e a disciplina e o capelão torna-se *responsável pela consciência religiosa e pela disciplina moral.*<sup>23</sup> O clero deve, portanto, agregar-se à hierarquia estabelecida e respeitá-la.

<sup>19</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1999, p. 62.

<sup>20</sup> ANTONIL, A. J., op. cit., p. 83.

<sup>21</sup> MARQUESE, R. B., op. cit., p. 97.

<sup>22</sup> ANTONIL, A. J., op. cit., p. 75.

<sup>23</sup> HIRANO, Sedi. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 1988, p. 193.

Antonil acentua ser função do capelão *doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos*,<sup>24</sup> sendo que o capelão não deve morar com o senhor pois ele *é sacerdote, e não criado, familiar de Deus e não de outro homem*.<sup>25</sup> Preocupa-se, porém, em estipular rigorosamente o quanto este deve receber por cada serviço executado e em lembrar que o capelão deve ser muito bem pago, dada a importância de seu serviço.

No conjunto de operações comerciais implicadas na produção do açúcar, todas minuciosamente descritas, entra o dízimo, e delas não se diferencia: é uma operação comercial, e Antonil descreve-a: *Tira-se também o dízimo que se deve a Deus, que vem a ser de dez um, e este fica no engenho, e põe-se nas caixas que antecipadamente manda o contratador dos dízimos ao caixeiro vazias, e dele torna a cobrar cheias*.<sup>26</sup>

O engenho, tal como a Colônia, existe para produzir açúcar, e onde purga-se o açúcar, purgam-se almas: Laura de Mello e Souza soube perceber tal analogia ao tratar da obra de Antonil e ao descrever a Colônia como um purgatório; mas um purgatório cuja principal finalidade é econômica, e não, religiosa. Segundo a autora:

*A transparência da analogia entre o purgatório de almas e o purgatório do açúcar não deixa sombra de dúvida: homogeneizar a população através da catequese e produzir gêneros rentáveis no mercado externo eram as duas grandes modalidades purgatórias do mercado colonial, e deviam ser levadas a cabo a ferro e fogo, misturando sangue, suor e lágrimas dispensando paradoxalmente – a doçura e não medindo o rigor necessário à construção desta tarefa.*<sup>27</sup>

Ao mesmo tempo, completa a autora, tal praticidade não deixa de lado de lado a dimensão religiosa: *no inferno colonial, é através*

<sup>24</sup> ANTONIL, A. J., op. cit., p. 75.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>27</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 78.

*da produção – o próprio açúcar não é purgado? – que se pode chegar à graça divina.*<sup>28</sup>

A colônia era o inferno dos negros: mas esta não é uma crítica ou um lamento e sim a constatação de uma situação da qual não se pode fugir sob pena de por abaixo todo o sistema colonial. A solução, para o negro seria deixar de ser escravo, mas esta solução não é sequer colocada em questão pelo autor, uma vez que tal opção significaria romper, como lembra Souza, com a condição colonial:<sup>29</sup> o lugar do negro é, necessariamente, o inferno.

A mentalidade escravista que é a de Antonil fica mais compreensível, finalmente, quando comparamos a questão do tratamento dado ao escravo com o tratamento dado ao açúcar. Nesta comparação, o açúcar humaniza-se e suas diversidades assemelham-se às diversidades humanas: chamado de açúcar de cara quebrada ou de açúcar de cara fechada nas diferentes etapas de sua fabricação, Antonil aproveita estas diversas denominações para acrescentar: *Metáforas, que também exprimem as diversas naturezas e condições dos homens, uns tão vidrentos e outros tão tolerantes.*<sup>30</sup>

Ao analisar o aumento do preço do açúcar, Antonil atribui-o ao aumento do preço do escravo e – sempre na perspectiva do senhor de engenho- defende o barateamento dos *escravos que vêm de Angola e Costa de Guiné*<sup>31</sup>, sob pena de se perder o Brasil.

O sofrimento dos escravos é deplorado por Antonil devido a seu caráter anti-utilitário, mas é o sofrimento do açúcar – e Bosi dedica especial atenção a este tema – que ele lamenta e descreve em tons pungentes. Ele *leva uma vida cheia de tantos e tais martírios que os que inventaram os tiranos lhes não ganham vantagem...inventaram contra a mesma cana, com seus artificios, mais de cem instrumentos para lhe multiplicarem tormentos e*

---

<sup>28</sup> SOUZA, L. M., op. cit., p. 148.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 84.

<sup>30</sup> ANTONIL, A. J., op. cit., p. 127.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 139.

*penas*.<sup>32</sup> Logo após, Antonil descreve o processo de comercialização do produto:

*Saem do canavial amarradas; e oh!, quantas vezes antes de saírem daí são vendidas... Com que desprezo se lançam seus corpos esmagados e despedaçados ao mar? Pregam-no finalmente e marcam com fogo ao sepulcro em que jaz; e assim pregado e sepultado, torna por muitas vezes a ser vendido e revendido, preso, confiscado e arrastado; e, se livra das prisões do porto, não livra das tormentas do mar, nem do degredo, com imposições tributos, tão seguro de ser comprado e vendido entre cristãos como arriscado a ser levado para Argel entre mouros.*<sup>33</sup>

Esta longa descrição poderia, com pequenas mudanças, ser facilmente confundida com tantas das futuras descrições das viagens de escravos amontoados em tumbeiros rumo ao Brasil mas, à este tráfico, Antonil refere-se, apenas, para criticar o alto preço dos escravos. Para ele, a escravidão não tem mistérios a serem esclarecidos; faz parte do sistema de produção como as nuvens fazem parte do céu. O mistério e a dor transferem-se para o açúcar.

O texto de Antonil tem a precisão de um manual. Seu objetivo é descrever as culturas e a opulência do Brasil e seu caráter é, de fato, descritivo. O texto adquire às vezes, contudo, um caráter alegórico que Antônio Cândido acentua e que chega a ultrapassar as próprias intenções do autor. No célebre trecho que descreve o processo de fabricação do açúcar, Antonil constrói uma destas raras alegorias: *Junto à Casa da Moenda, que chamam do engenho, segue-se a casa das fornalhas, bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, Vesúvios e Etnas e quase disse, do Purgatório ou do Inferno*.<sup>34</sup> Referindo-se a este trecho, Antônio Cândido afirma: *Dessa página eloquente, abrasada pelo fogo das imagens,*

---

<sup>32</sup> SOUZA, L. M., op. cit., p. 143.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 144-145.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 115.

*desprende-se uma visão alegórica que faz compreender, mais que os quadros numéricos, as precisões técnicas e a própria intenção do autor, a dura iniquidade do processo econômico.*<sup>35</sup>

Capistrano de Abreu soube descrever com precisão o estilo de Antonil: *sem amplificações, em forma tersa e severa, coadunava algarismos e mostrava o Brasil tal qual se apresentava à visão de um espírito investigador e penetrante.*<sup>36</sup>

É um estilo objetivo e o tema de seu texto é a mercadoria, escravo ou açúcar. Seu propósito é a racionalização do poder a partir da adoção de parâmetros formais de comportamento. Segundo Bosi:

*A palavra-chave torna sempre à mente do comentador: objetividade, servidão ao objeto. E sem jogo fácil de palavras: o sujeito do texto de Antonil é o objeto...Antonil formaliza as obrigações de ambos os lados. Racionalizar os comportamentos na esfera do trabalho serve aqui de ponte entre um mercantilismo tosco e arcaico e as Luzes que mal começam a raiar na Europa dos Setecentos.*<sup>37</sup>

Ser senhor de engenho é, para Antonil, ofício que acarreta despesas elevadas, de retorno incerto e arriscado. Tudo depende da forma como o senhor governa sua propriedade e, se isto não for bem feito, ele *achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito.*<sup>38</sup> Tendo isto em mente, é à demonstração da melhor forma de governar que o autor dedica boa parte de seu livro. Ao mesmo tempo, Buescu ressalta o tom pessimista e restritivo da parte do livro referente à produção açucareira. Antonil enumera os custos do negócio, os problemas que o cercam e refere-se à importância da pontualidade no pagamento das dívidas como ati-

---

<sup>35</sup> CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 171.

<sup>36</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.162.

<sup>37</sup> BOSI, A., op. cit., p.159-161.

<sup>38</sup> ANTONIL, A. J., op. cit., p. 76.

tude indispensável à sobrevivência da produção; trata de um setor com problemas de solvência, portanto. Segundo a conclusão de Buescu, *não parece justificada, a meu ver, a asserção de que Antonil descreve uma renascença do ciclo do açúcar. Houve flutuações, sem dúvida, na conjuntura internacional do açúcar, mas estas não alteraram substancialmente a posição do setor açucareiro no Brasil, em franca decadência a partir da segunda metade do século XVII.*<sup>39</sup>

Ao escrever sobre as culturas e opulências do Brasil, ainda, Antonil insere-se em toda uma linhagem de cronistas coloniais que escrevem com o mesmo objetivo de descrever a natureza e ressaltar as riquezas da nova terra, e que inclui, entre outros, Botelho de Oliveira, Itaparica e Ambrósio Fernandes Brandão. Apenas, em Antonil, tal descrição já se dá em época de crise econômica, e só pode ser adequadamente compreendida no contexto desta crise.

O senhor de engenho deve, na perspectiva de Antonil, agir de forma essencialmente racional e parcimoniosa, não apenas em relação à sua propriedade, mas em relação à seu próprio modo de vida: um agente do capitalismo instalado nos trópicos a evitar luxos, jogos, recreações, qualquer forma de ostentação e gasto excessivo, e Antonil afirma: *Pedindo a fábrica do engenho tantos e tão grandes gastos quantos acima dissemos, bem se vê a parcimônia que é necessária nos particulares de casa.*<sup>40</sup> Te-mos, aqui, um jesuíta – filho da Contra-Reforma, portanto – a enquadrar-se nos moldes weberianos de racionalização econômica.

Faz sentido desta forma que, ao descrever a sociedade mineira e a produção aurífera, Antonil dê ao capítulo o nome de *Dos danos que tem causado ao Brasil a cobiça depois do descobrimento do ouro nas minas*. Tal cobiça é definida como nociva por contrariar todos os princípios nos quais a produção, para o autor, deve embasar-se : é uma cobiça irracional e nem um pouco utili-

---

<sup>39</sup> BUESCU, Mircea. *Exercícios de história econômica do Brasil*. São Paulo: APEC, 1968, p. 71.

<sup>40</sup> ANTONIL, A. J., op. cit., p. 93.

tária, e os mineradores de Ouro Preto são recriminados por seu desperdício, por *jogar largamente e gastar em superfluidades quantias extraordinárias*. E é nociva por não trazer lucros para Portugal: *E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras.*<sup>41</sup>

A partir de uma discussão sobre a legalidade da cobrança do quinto feito pela Coroa em Minas, finalmente, Antonil efetua uma discussão mais ampla na qual busca validar o próprio domínio português no Brasil, utilizando-se, para tanto, de sua sólida formação jurídica. Em relação ao imposto, Antonil afirma: *Os quintos do ouro que se tira das minas do Brasil se devem, em consciência, e antes da condenação ou sentença, a El-Rei nosso senhor de justiça, e não por uma lei meramente penal, como alguns erradamente imaginam.*<sup>42</sup> Da mesma forma, a obediência à Coroa Portuguesa e – em outro nível – a própria obediência ao senhor de engenho- não pode ser vista apenas como uma obrigação. A obediência aos superiores para o jesuíta Antonil deve ser transformada em uma obrigação em nosso próprio foro íntimo: um imperativo moral.

---

<sup>41</sup> ANTONIL, A. J., op. cit., p. 194.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 179.